

A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MATO GROSSO: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE

BERALDO, Tânia M. Lima – UFMT

VELOSO, Tereza C. M. Aguiar – UFMT

GT: Política de Educação Superior / n.11

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Nas últimas décadas, notadamente após a publicação da Lei nº. 9.394 de dezembro de 1996 (LDB), a educação brasileira vem sendo submetida a um conjunto de reformas, justificadas pela busca da democratização e melhoria na qualidade do ensino, a fim de responder os desafios do mundo globalizado. A dinâmica de tais reformas e o ritmo acelerado no qual ocorrem evidenciam que, “a medida que o trabalho da educação é reposicionado dentro da nova ordem global, o papel dos agentes de mudanças também é reposicionado” (GOODSON, 1999, p. 113). Este entendimento motivou este estudo que busca relação entre a expansão da Educação Superior em Mato Grosso e a configuração da função docente nas instituições públicas e privadas. Partimos do pressuposto de que expansão democrática da Educação Superior fundamenta-se na garantia de acesso à educação que potencialize o desenvolvimento humano, em sua mais ampla concepção, o que requer quadro docente qualificado, valorizado e posicionado política e socialmente. A análise dessa questão foi feita com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP) relativos ao período 1991 - 2005 bem como em dados de nossas investigações sobre o trabalho docente na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

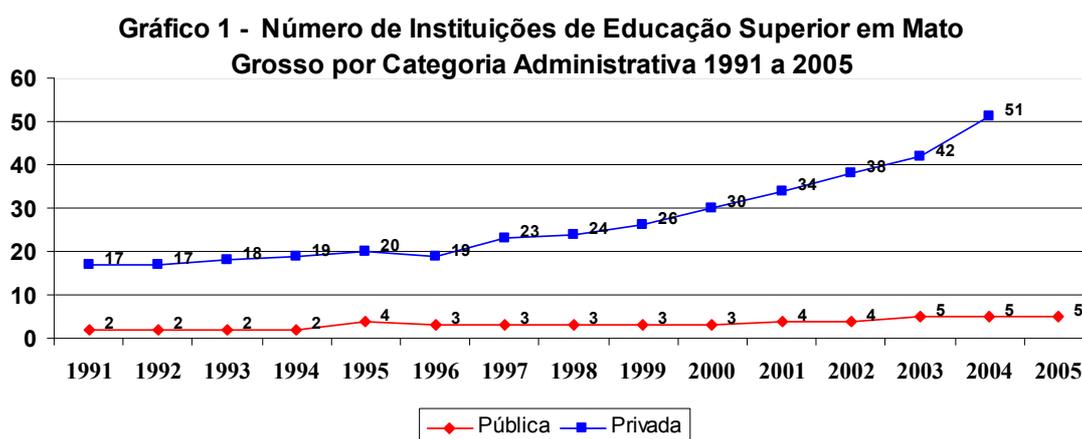
A Educação Superior em Mato Grosso

Em Mato Grosso¹, as iniciativas de implementação de cursos de graduação foram consolidadas em meados da década de 1960, quando foram regulamentadas algumas instituições outrora existentes. A criação da UFMT, em Cuiabá, em dezembro de 1970, representou para a população local uma conquista tardia do direito de acesso ao ensino universitário (DORILEO, 1981).

¹ Referimo-nos aqui ao antigo Estado de Mato Grosso que possuía 1.231.549 Km². Em 11 de outubro de 1977 essa área foi dividida dando origem a Mato Grosso do Sul cuja capital é Campo Grande.

Até 1988, a UFMT era a única instituição de Educação Superior do atual Estado de Mato Grosso. Desde então, surgiram novas Instituições de Ensino Superior – IES –, expressivamente no setor privado. Esse fenômeno foi observado também na região Centro-Oeste, bem como em todo Brasil, conforme dados publicados pelo MEC/INEP/Deaes.

Em Mato Grosso, a expansão das IES privadas foi mais notória no período pós-LDB (Gráfico 1). Isso se explica pelo fato dessa legislação estabelecer, no seu Artigo 45, a possibilidade da Educação Superior ocorrer em IES, públicas e privadas, com variados graus de abrangência e especialização. Essa possibilidade foi assegurada pelo Decreto nº. 2.306/97, que definiu as formas de organização acadêmica (Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores ou Escolas Superiores e Centros de Educação Tecnológica).



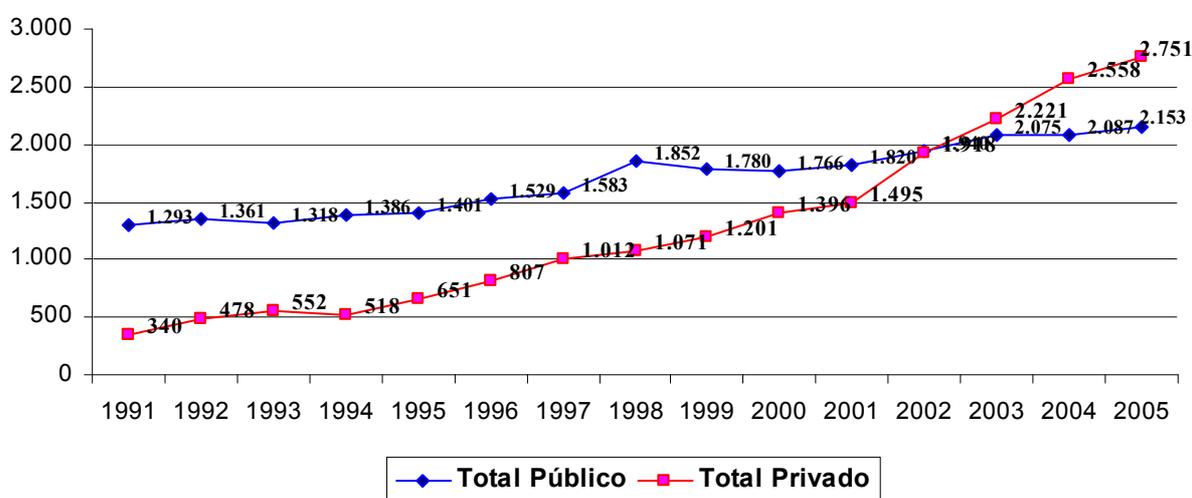
Fonte: MEC/INEP/Deaes

Em 2005, havia em Mato Grosso 56 IES, sendo 8,93% públicas e 91,07 % privadas. O setor público estava representado por 5 instituições: 2 Universidades, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica e 1 Faculdade Municipal. O setor privado estava constituído por 51 instituições: 1 Universidade particular, 2 Centros Universitários, 7 Faculdades Integradas, 41 Faculdades e Institutos (34 particulares e 7 comunitárias/filantrópicas/confessionais). As 56 IES ofertavam 426 cursos de graduação, sendo 38,26 % no setor público e 61,73 % no setor privado. Do total de alunos matriculados em cursos de graduação, 44.345 (64,7%) integrava o setor privado e 24.218 (35,3%) o setor público (Fonte:MEC/INEP/Deaes).

A expansão da Educação Superior em Mato Grosso e a função docente

A representação gráfica da relação entre o número de IES públicas e privadas de Mato Grosso (Gráfico1) difere da relação entre o número de docentes que nelas atuam (Gráfico 2). Em 1991, o setor público tinha apenas 2 instituições, mas incorporava 79,2% dos docentes, enquanto que o setor privado era constituído por 15 instituições que incorporavam juntas 20,8%. Em 2003, houve uma inversão nesse quadro, em virtude do contínuo aumento no número de IES do setor privado.

Gráfico 2 - Funções Docentes em exercício e afastados segundo Categoria Administrativa em Mato Grosso - 1991 - 2005



Fonte: MEC/INEP/Deaes

Em relação à titulação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* – apontados no Artigo 66 da LDB como *locus* prioritário para a formação de docentes da Educação Superior – os dados (Tabela 1) indicam que, nesse nível do ensino, havia em Mato Grosso, em 1991, 1.589 docentes. Desse total, 329 tinha título de mestre e 44 o título de doutor. Em 1996, dos 2.051 docentes, 340 eram mestres e 90 doutores, o que indica mobilidade de um nível para outro. Em 2005, o Estado contabilizou 4.904 docentes da Educação Superior, sendo 1.439 mestres e 502 doutores, a maior parte destes, 77,6%, integrava o setor público, com destaque para o federal (63,3%).

Tabela 1 - Demonstrativo da Função Docente, em Mato Grosso, por titulação, segundo Categoria Administrativa, nos anos 1991, 1996 e 2005.

Ano/Titulação	Total	Pública	Privada
---------------	-------	---------	---------

		Federal		Estadual		Municipal		Particular		Com/Conf/Fil		
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	
1991	Total	1.589	1.166	73,4	90	5,7	-	-	333	21,0	-	-
	Até Graduação	510	349	68,4	54	10,6	-	-	107	21,0	-	-
	Especialização	686	455	66,3	30	4,4	-	-	201	29,3	-	-
	Mestrado	349	324	92,8	5	1,4	-	-	20	5,7	-	-
	Doutorado	44	38	86,4	1	2,3	-	-	5	11,4	-	-
1996	Total	2.051	930	45,3	323	15,7	3	0,1	795	38,8	-	-
	Até Graduação	793	217	27,4	266	33,5	0	0,0	310	39,1	-	-
	Especialização	828	366	44,2	47	5,7	3	0,4	412	49,8	-	-
	Mestrado	340	267	78,5	10	2,9	0	0,0	63	18,5	-	-
	Doutorado	90	80	88,9	0	0,0	0	0,0	10	11,1	-	-
2005	Total	4.904	1.297	26,4	811	16,5	45	0,92	1.848	37,68	903	18,4
	Até Graduação	877	310	35,3	191	21,8	11	1,25	229	26,11	136	15,5
	Especialização	2086	213	10,2	284	13,6	25	1,2	1.080	51,77	484	23,2
	Mestrado	1439	456	31,7	266	18,5	7	0,49	488	33,91	222	15,4
	Doutorado	502	318	63,3	70	13,9	2	0,4	51	10,16	61	12,2

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Em Mato Grosso, apenas as universidades públicas estão credenciadas para desenvolver cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Atualmente (2007), a Universidade Federal oferece 17 cursos (16 de mestrado e 1 de doutorado) e a Estadual 1 curso (mestrado). A data de cadastro de tais cursos na CAPES revela que, no Estado, a pós-graduação *stricto sensu* é uma atividade muito recente.

Algumas conclusões

A análise dos dados aqui apresentados, sob amparo de estudos realizados por pesquisadores que investigam as políticas educacionais das últimas décadas (CARVALHO, 2004; SGUISSARDI, 2006; SIVA JUNIOR e SGUISSARDI, 2005), impelem ao entendimento de que Mato Grosso acompanhou o ritmo das reformas educacionais que foram iniciadas no governo Collor/Itamar (1990 – 1993), ampliadas nos oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2001) e reiteradas pelo governo Lula (2002 -). No Estado, assim como nas demais Unidades da Federação, a expansão da Educação Superior se deu, principalmente, por meio de IES privadas não-universitárias. Esse fenômeno tem relação com o fato da legislação fazer à essas IES poucas exigências no que se refere à articulação ensino-pesquisa-extensão, ao regime de trabalho e à titulação dos docentes. Destarte, tais IES podem reduzir os gastos com a educação por meio de iniciativas como: centralidade ao ensino em detrimento da pesquisa; oferta de cursos que podem ser realizados com pouco

investimento em infra-estrutura e de forma aligeirada; composição do quadro docente por meio de contratos provisórios sem requerer a titulação observada no Artigo 66 da LDB; pouco investimento na formação/capacitação docente. Iniciativas dessa natureza fragilizam o processo de profissionalização docente e conseqüentemente os princípios da educação democrática.

Este estudo revela, portanto, que, no Estado de Mato Grosso, há demanda reprimida por formação de docente da Educação Superior em cursos de pós graduação *stricto sensu*, pois a oferta da maior parte de tais cursos se deu somente nos últimos anos e apenas nas universidades públicas, predominantemente na federal. Há razões para considerar que o desenvolvimento dos referidos cursos pelas universidades públicas decorre das políticas de capacitação docente, por elas adotadas. Dessa forma, essas instituições podem contribuir para o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, para a melhoria do ensino de graduação, para as ações de extensão e também para a formação de docentes, em especial dos que atuam na Educação Superior. Esse quadro justifica a necessidade de maiores investimentos do governo federal nesse campo.

Embora os dados deste estudo não permitam fazer afirmações mais consistentes sobre a qualidade da formação docente promovida nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFMT, registros preliminares apontam a necessidade de ampliar o debate sobre a dimensão pedagógica de tais curso, posto que há indício de redução da docência universitária ao ensino de conteúdos específicos e das técnicas de pesquisa. Essa concepção vem sendo questionada por diversos pesquisadores (BATISTA e BATISTA, 2002; CUNHA, 2006; MASSETO, 1998; MOROSINI, 2001), uma vez que ela pouco contribui para formação de profissionais qualificados, técnica e politicamente.

Defendemos o conceito de docência como uma “atividade instituidora de sujeitos” (SEMERARO, 2004), ou seja, como uma atitude política. Nessa conceituação, o papel do educador não é difundir conhecimentos eruditos e enciclopédicos, alheios às vicissitudes do contexto histórico. Seu papel é de um ator social que expressa em sua prática articulações com projetos da sociedade que defende. Compreender esse papel, no quadro das políticas oficiais do nosso tempo, é condição necessária para manter a consciência do posicionamento que assumimos, evitando, assim, que nossas ações sejam influenciadas pela torrente dos interesses que pretendemos negar.

Referências

BATISTA, S. H. S. S; BATISTA, N. Docência no ensino superior: construindo caminhos. In: SEVERINO, A. J; FAZENDA, I. C. A. (Orgs). **Formação docente: rupturas e possibilidades**. Campinas: Papirus, p. 185 – 205, 2002.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da Educação Superior: 1991-2004**. Brasília:INEP,2006.

CARVALHO, C. H. A. Política para o ensino superior no Brasil (1995 – 2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: SILVA JR.; OLIVEIRA, J. F; CUNHA, M. I. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. In: **Revista Brasileira de Educação**. ANPED. Campinas: Autores Associados, v. 11, n. 32, p. 258-271, 2006.

DORILEO, Benedito Pedro. Raízes da Universidade Federal de Mato Grosso. **Universidade**, Cuiabá, v.1, n.1, p. 5-14, 1981.

GOODSON, I. A crise da mudança curricular: algumas advertências sobre iniciativas de reestruturação. SILVA, L. H. (Org) **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo**. Petrópolis: Vozes, p. 109 – 126, 1999.

INEP/MEC. **Sinopse da Educação Superior 2005**. Brasília: 2006.

MANCEBO, D. (Org). **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, p. 125-139, 2006.

MASSETO, M. T. Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente. In. MASSETO, M. T (Org). **Docência na universidade**. Campinas, SP: Papirus, p. 9 – 26, 1998.

MOROSINI, M.C. Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In. MOROSINI, M.C. (Org). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: INEP, p. 11 – 19, 2001.

SEMERARO, G. O educador político e o político educador. In SEMERARO, G (org). **Filosofia e política na formação do educador**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, p. 57 – 79, 2004.

SGUISSARD, V. Reforma universitária no Brasil – 1995 – 2006: precária trajetória e incerto futuro. In **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96. Especial. P. 1021 – 1056, 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 01.02.2007.

SIVA JUNIOR, J. R e SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED. Campinas: Autores Associados Ltda nº. 29, p. 5 – 27, 2005